



Quarta-feira, 23 de Julho de 1975

alavanca

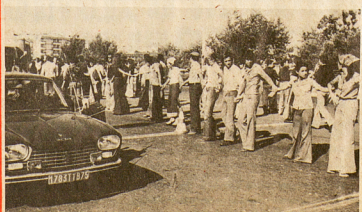
32

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 3\$50

CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
5/376
704.6.61

COM VASCO GONÇALVES NA DEFESA DA REVOLUÇÃO



alavanca

SEMANARIO DA INTERSINDICAL

Suplemento ao
N.º 32

23 de Julho de 1975

DIRECTOR INTERINO:

José Luís Judes

24 páginas

Preço avulso, 3850

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Av. Duque de Loulé, 83-3-0

Telefx. 5 99 83/4 67 12 — LISBOA-1

DELEGAÇÃO NO NORTE

UNIAO DOS SINDICATOS DO PORTO

Rua de Santa Catarina, 822-1-A

Telefx. 380762/69 PORTO

Distribuição para postos de venda

ao público:

Distribuidores - O SÉCULO-

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Empresa de Jornal do Comércio,

S. A. R. L.

alavanca

RADIO

A VOZ DA INTER-
SINDICAL TODOS
OS DIAS DAS ZERO
AS DUAS DA MA-
DRUGADA ATRA-
VÉS DAS ONDAS
MÉDIAS DO RADIO
CLUBE PORTUGUÊS
(A EMISSORA DA
LIBERDADE)UM PROGRAMA
DOS
TRABALHADORES
PARA TODOS
OS
TRABALHADORES**TRABALHADORES PORTUGUESES
UNIDOS COM VASCO GONCALVES**

Face aos acontecimentos do último fim de semana e às manobras divisionistas fomentadas pelos dirigentes do P.S. que culminaram com a contestação da figura prestigiosa do primeiro-ministro general Vasco Gonçalves, a Intersindical divulga o seguinte comunicado:

1 — A Intersindical Interpretando o sentimento da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses manifesta o seu mais forte e incondicional apoio ao general Vasco Gonçalves, revolucionário patriota e defensor firme das classes trabalhadoras ao mesmo tempo que repudia vivamente as acusações e insinuações que sobre a sua pessoa foram feitas pelo se-

— O general Vasco Gonçalves que afirma que a unidade é a coisa mais importante para os trabalhadores, ou o dr. Mário Soares que lança campanhas divisionistas entre eles utilizando a calúnia e a mentira baixa contra os sindicatos e as direcções sindicais?

— O general Vasco Gonçalves que apoia e estimula a batinha da produção como um dos meios de se alcançar a independência nacional face ao imperialismo, ou o dr. Mário Soares que desmobiliza os trabalhadores para poder utilizar o auxílio económico dos seus amigos social-democratas da Europa, como arma político? O general Vasco Gonçalves que apoia a decisiva caminhada do proletariado rural pela reforma agrária,

— O general Vasco Gonçalves que apoia o poder popular aprovado na assembleia do M.F.A., ou o dr. Mário Soares que tem medo do poder popular?

— O general Vasco Gonçalves que é por um socialismo autêntico em que o poder político está nas mãos dos trabalhadores, ou o dr. Mário Soares que fala num socialismo em liberdade que tanto agrada ao general Galvão de Melo do C.D.S.?

5 — O ataque ao general Vasco Gonçalves não visa somente a esta pessoa. É uma fase da escalada reacção que pretende a divisão do M.F.A. lançar a desconfiança do povo sobre os valores — oficiais — sargentos, soldados e marinheiros que libertaram o povo

Quem merece a confiança para governar?**O general Vasco Gonçalves que defende a unidade dos trabalhadores ou o dr. Mário Soares que lança campanhas divisionistas e calúnia os sindicatos?**

cretário-geral do P.S. dr. Mário Soares.

2 — O ataque calunioso venha ele sob a capa que vier a um homem que pela sua prática tem estado na primeira linha da revolução e que ainda há pouco tempo afirmou que «o inimigo principal é o capitalismo» só pode partir de pessoas que estejam ao serviço do mesmo capitalismo.

3 — O dr. Mário Soares ao reconhecer no último número de «O Jornal», que neste momento o direita pode apoiar determinadas manifestações e teses do P.S. demonstra claramente que a direcção deste partido está consciente que a sua política de aventurelismo de direita favorece o campo de manobra da reacção fascista e capitalista.

4 — Quem merece a confiança dos trabalhadores para governar?

que irá beneficiar centenas de milhares de portugueses ou o dr. Mário Soares que falta às reuniões de conselho de ministros onde se vão aprovar essas medidas «porque não teve tempo para estudar o assunto»?

— O general Vasco Gonçalves que se opôs firmemente com os seus camaradas do M.F.A. às manobras ditatoriais de Spínola, ou o dr. Mário Soares que fala em liberdades mas fazeta uma política de namoro ao general de monólculo?

— O general Vasco Gonçalves que se acordou com os outros elementos do M.F.A. e do C.S.R. aplica, uma política económica contra os monopólios e latifúndios, ou o dr. Mário Soares que sempre defendeu uma política de compromisso com esses exploradores do povo português?

em 25 de Abril, para quebrar a aliança Povo-M.F.A. e fazer retroceder o irreversível processo revolucionário rumo ao socialismo.

6 — A Intersindical alerta os trabalhadores da necessidade de continuarem vigilantes nos seus locais de trabalho para as futuras manobras das forças reacçãoárias, ao mesmo que realinha a preferência em levar a cabo todas as acções que possam conduzir ao reforço de unidade entre todos os trabalhadores sinceramente interessados na revolução.

Viva a unidade Povo-M.F.A.!

Viva o M.F.A.!

Viva os generais Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho!

Viva a classe trabalhadora!

Viva a revolução!

alavanca

2



«ALAVANCA»

É TRANSPORTADO
PARA TODO O PAIS
NOS COMBOIOS
DA C. P.**alavanca**

SEMANARIO DA INTERSINDICAL

Av. Duque de Loulé, 83-3-0 — LISBOA

BOLETIM DE ASSINATURA

Modalidade de assinatura:

 6 meses (85\$00) 12 meses (165\$00)

(Riscar o que não interessa)

Nome

Morada

Profissão

Local de cobrança

O pagamento pode ser feito em cheque ou vale postal dirigido a «ALAVANCA».

Conte e enviar a ALAVANCA

Conte e enviar a ALAVANCA



CANDIDATOS AO SECRETARIADO NACIONAL DA INTERSINDICAL

«Aprovados os estatutos das associações sindicais, definida a orientação e o programa de acção do movimento sindical português, importa proceder à eleição dos dirigentes que coordenarão a execução desse programa» — afirma-se no comunicado da Intersindical que divulga a lista de candidaturas para o seu Secretariado Nacional. As eleições realizar-se-ão quando do I Congresso Nacional dos Sindicatos.

E o seguinte o texto do comunicado:

Camaradas,

A realização do Congresso da Intersindical Nacional marca uma etapa importante para o movimento sindical português e para o processo revolucionário em curso dado que a aprovação do documento de orientação e acção definirá os termos em que os trabalhadores, organizados em torno das associações sindicais, vão dar a sua contribuição e participar no processo revolucionário.

Aprovados os estatutos das associações sindicais, definida a orientação e o programa de acção do movimento sindical português, importa proceder à eleição dos dirigentes que coordenarão a execução desse programa.

Nesta sequência, irá o Congresso proceder à eleição dos membros do Secretariado Nacional da INTERSINDICAL, para o que se apresenta agora a lista de candidaturas.

A elaboração da lista de candidaturas para o Secretariado Nacional obedeceu a dois critérios fun-

damentais: a competência e a representatividade dos candidatos. De acordo com o art.º 35.º dos Estatutos da INTERSINDICAL NACIONAL, os membros do Secretariado Nacional deverão ser eleitos de entre os membros dos corpos gerentes das associações sindicais. A partir deste requisito houve a preocupação de escolher aqueles que melhor poderão garantir o cumprimento da tarefa que lhe será cometida.

Mas, para além da competência, impõe-se também que os membros do Secretariado Nacional sejam verdadeiramente representativos de trabalhadores dos mais amplos sectores da actividade económica. E, por outro lado, que essa representatividade seja extensiva a todo o território nacional. Todavia, quanto a este aspecto, houve que ter em consideração as circunstâncias concretas e as limitações daí decorrentes quanto à possibilidade da manutenção do Secretariado na sede. A ampla representatividade do Secretariado Nacional será a garantia da defesa dos interesses de todos os trabalhadores.

Observados estes critérios e nos termos do art.º 35.º dos Estatutos, propõe-se a seguinte lista de candidaturas para o Secretariado Nacional.

1. MEMBROS EFECTIVOS

Adérito do Nascimento Catalão (Sindicato dos Transportes Rodoviários do distrito de Lisboa).

Alvaro Rana (Sindicato Livre dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacéutico do Distrito de Lisboa).

Angelo de Pinto Ferreira (Sindicato dos Metalúrgicos do Porto); **Antero Martins Pinto Guimarães** (Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa).

António dos Santos Alberto Andrade (Sindicato dos Ferroviários do Sul).

Beatriz Santana Matos Diogo (Sindicato dos Operários e Empregados da Indústria de Tabacos do Distrito de Lisboa).

Carlos António de Carvalho (Sindicato dos Técnicos e Operários e Metalmeiânicos do Distrito de Lisboa).

Jaime Marques Machado (Sindicato dos Profissionais de Artes Gráficas do Distrito de Lisboa).

Joaquim Manuel Pires Moreira (Sindicato dos Técnicos e Operários das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa).

José António de Matos Alves (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa).

José Luis Judas (Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa).

Manuel Correia Lopes (Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis de Lisboa, Lanifícios e Vestuário do Sul).

Manuel Godinho Taparrosa (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Silvicultura do Distrito de Lisboa).

Manuel Teixeira de Freitas (Sindicato Têxtil do Porto).

Maria Filomena Carvalho Santos (Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa).

2. MEMBROS SUPLENTE

Alfredo Manuel Rodrigues Figueiredo Filipe (Sindicato dos Jornalistas);

Américo Nunes (Sindicato dos Profissionais na Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Lisboa).

António Cava Calarão (Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém).

Armando Artur Teixeira da Silva (Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Distrito do Porto).

Carlos Manuel Lourenço Dias (Sindicato dos Empregados Bancários de Coimbra).

Carvalho Branco (Sindicato dos Técnicos e Operários Metalúrgicos do Distrito de Santarém).

José Maria Pacheco Gonçalves (Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto).

Juvelino Ferreira Colaco (Sindicato dos Operários Vidreiros e Oficinas Correlativas do Distrito de Leiria).

Maria Clara Botelho T. da Costa (Sindicato dos Engenheiros Técnicos).

Viriato Manuel Pardo Ramos (Sindicato dos Operários Mineiros dos Distritos de Beja e Setúbal).

CANDIDATOS AO SECRETARIADO DA UNIÃO SINDICATOS DO PORTO

Lista de candidatos ao Secretariado da União Sindicatos/Intersindical, para o período 1975/78 apresentada pelo actual Secretariado, e constituída nos termos Estatutários em reunião de 11 de corrente.

Encontrar-se-á na sede da União, nos termos legais, desde

o dia 12 do corrente, esta lista, bem como o respectivo Programa Eleitoral.

EFECTIVOS

Vitor Manuel Rodrigues Ranta, trabalhador metalúrgico;

Manuel Carvalho da Silva, trabalhador electricista;

João Maria Pacheco Gonçalves, trabalhador de escritório;

António dos Santos Silva da Conceição Pinto, trabalhador de escritório;

José António Aires Sequeira Nunes, trabalhador de seguros;

João Alberto da Costa Ventura, trabalhador do comércio;

Mário Teixeira Alves, trabalhador da indústria farmacéutica;

João Manuel Santos Fonseca, trabalhador têxtil;

José António Oliveira Sousa, trabalhador marceneiro;

José Salgueiro de Barros, trabalhador carpinteiro.

SUPLENTE

Manuel Teixeira da Barra, trabalhador metalúrgico;

Mário Pinto, trabalhador electricista;

Francisco Manuel Ramos Afonso Belo, trabalhador de escritório;

António José Araújo Mesquita, trabalhador seguros;

José Augusto da Costa, trabalhador gráfico;

Manuel Reinoldo de Sá Torão, trabalhador engenheiro técnico.

divulgada

I CONGRESSO DOS SINDICATOS

«EXPRIMIR LEGITIMAMENTE O QUERER DO POVO TRABALHADOR»

Após de cima, apareceram anos e anos de luta pelos justos direitos dos trabalhadores; mãos caçadas, corações fortes, os verdadeiros revolucionários constroem, da sua experiência, qual raiva antiga, os caminhos sacrificados de um Portugal novo.

«Pela primeira vez, numerosos representantes dos trabalhadores podem exprimir legitimamente as aspirações e as necessidades, as opiniões e o querer do povo trabalhador português, traduzindo o seu compromisso na luta ardente pela consolidação do processo revolucionário, iniciado em 25 de Abril de 1974, a sua participação activa na criação das condições que conduzirão à sociedade socialista portuguesa, à sociedade que porá fim à exploração do homem pelo homem» — escreve-se no preâmbulo do anteprojeto do I Congresso dos Sindicatos, que decorrerá em Lisboa nos dias 25, 26 e 27 do corrente.

Nunca será de mais salientar, que se hoje temos a possibilidade de realizar o Congresso, é porque a história das lutas do operariado português, contra a desenfreada exploração capitalista, tem páginas violentas e difíceis, regadas, aqui e além, com o sangue daqueles que se inconformaram com a repressão brutal do imperialismo.

Contamos com uma pesada herança, ou não fosse verdade que o 25 de Abril foi feito com a hostilidade de todos os que viviam em Portugal o caminho de faustos rendimentos e que não o esqueceram, quando nessa data insurrexaram na mais profunda sabotagem económica, fuga de capitais, abandono das terras e outros processos familiares à máquina capitalista.

Isto não passa despercebido ao povo trabalhador e, passados 15 meses sobre o 25 de Abril, é possível a uma Assembleia das Forças Armadas, declarar o seu apoio e até promover as organizações de base, no sentido de um mais rápido desmoronamento das estruturas fascistas, reconhecendo assim toda a importância e lugar do povo na condução da revolução.

A função permanente, essencial da organização sindical, a sua razão de ser, é a defesa dos interesses dos trabalhadores em todas as circunstâncias. São os próprios trabalhadores organizados, que devem partir para a conquista dos seus direitos, empenhando-se nas transformações revolucionárias em curso para a construção de uma sociedade socialista, onde a abolição de classes determine o fim da exploração do homem pelo homem.

As estruturas fascistas deixaram os trabalhadores numa divisão bem arcaizada, a que chamavam «sindicatos». Já muito se corrigiu e o I Congresso dos Sindicatos permitirá, através da ampla troca de experiências e lutas, caminhar para a delimitação das necessidades mais imperiosas, dos trabalhadores e do povo em geral. O Congresso, porque representa a grande massa do povo trabalhador, terá a força de todos nós para criar as condições de libertação e, apontar o caminho a se-

mas trabalhadores e assegure a democracia mais ampla para o povo, em todos os domínios da vida do País.

OBJECTIVOS A ATINGIR

E adiantamos alguns dos objectivos prosseguidos por este I Congresso dos Sindicatos, interligações desordenadas, mas de maneira nenhuma estranhas às preocupações e ansios das grandes massas trabalhadoras: — como fazer cessar, no mais curto espaço de tempo, a apropriação privada da produção social, elemento fundamental da exploração do homem? (Nacionalizações);

— como ultrapassar o desenvolvimento extraordinariamente desequilibrado e dependente, um atraso tecnológico acentuado, que herdámos duma política fascista, ao serviço do capitalismo nacional e internacional? (Desenvolvimento Económico); — Como conseguir a inserção da política salarial no processo revolucionário? (Política Salarial); — A problemática do emprego está indissociavelmente ligada à estratégia do desenvolvimento económico. Como chegar ao «direito do trabalho»? (Emprego);

— O alojamento, equipamentos sociais e infra-estruturas técnicas fazem parte do amplo problema habitacional. Como conseguir para cada família a sua habitação? (Habitação);

— Como transformar a Previdência, na segurança social de todo um povo? (Previdência);

— Como fazer do serviço de saúde, nas suas funções preven-

tiva, curativa e de reabilitação, um serviço garantido pelo Estado para toda a população? (Saúde e Assistência);

— «É o trabalho que se deve adaptar ao trabalhador e não o trabalhador ao trabalho.» (Higiene e Segurança no Trabalho);

— Como elevar o nível cultural das massas trabalhadoras e possibilitar o acesso a todos os graus de ensino? (Ensino e Formação Profissional);

— Os tempos livres dos trabalhadores, considerando não só o período de férias, mas também os períodos após o trabalho, devem servir para recuperação das forças físicas e enriquecimento cultural. (Tempos Livres).

— Como reforçar a unidade na acção dos trabalhadores? Como tornar eficaz a acção das organizações sindicais, como representantes dos trabalhadores, na definição e controlo da política económica e social, a nível nacional, regional ou sectorial? (Verticalização dos Sindicatos/Dinamização e organização de estruturas regionais/Organização dos trabalhadores nas empresas);

— A importância de cada trabalhador para o processo revolucionário. (Formação Sindical); — Como levar justiça a cada trabalhador o panorama dos problemas que o afectam e a contribuição do movimento sindical para a sua resolução? (Informação Sindical);

— Como situar a nossa luta de libertação na sua mais vasta dos trabalhadores de todo o mundo? (Relações Internacionais);

— É um último ponto de análise sobre a «Participação dos Trabalhadores na Defesa do Processo Revolucionário» pelo controlo e balança da produção — teste ao grau de responsabilização dos trabalhadores num sector chave como é o da economia.

Nenhum desenvolvimento económico é possível, nenhuma reivindicação será satisfeita, nenhum progresso social haverá, se os trabalhadores não estiverem unidos e coesos, em torno dos sindicatos que os representam e na defesa dos objectivos concretos e comuns que orientam a sua luta. (Anteprojeto do Congresso dos Sindicatos).

Estes são alguns dos temas a serem abordados no I Congresso Nacional dos Sindicatos, organizado pela Intersindical Nacional — Central Unitária dos Trabalhadores Portugueses.

Entretanto, têm-se realizado numerosas reuniões de delegados sindicais em Lisboa, no Porto, em Faro e outras cidades, a fim de se estudarem as intervenções e as teses a apresentar ao Congresso — expressão da vontade da grande maioria dos trabalhadores portugueses.



guit. Exigem-se medidas radicais e urgentes no interesse do País e de todo o povo.

A começar, dois princípios fundamentais:

— substituir a propriedade capitalista dos grandes meios de produção industrial e agrícola pela propriedade social ou colectiva;

— estabelecer um poder político, que exprima os interesses da classe operária e de todas as ca-



CONSTRUÇÃO CIVIL NO ALENTEJO:

SIM A REVOLUÇÃO NÃO À REACÇÃO

Mas nem só nas secções as coisas não correm a contento; a direcção do sindicato tem problemas vários e diversos, principalmente, da falta de apoio de pessoas que tendo as necessárias qualidades intelectuais e de trabalho, não querem participar activamente na construção desta nova sociedade, em que, finalmen-

da direcção do Sindicato, quando no seu esforço dinamizador e esclarecedor, se dirigiram à secção de Portalegre, onde quase foram espancados por procurarem clarificar situações e dizer a verdade.

Também no Baixo Alentejo, a direcção da secção de Beja incorre nos mesmos erros com a

«Durante o período de Inverno houve uma paralisação considerável no sector da Construção Civil, resultando, daí, a existência de um número superior de desempregados do que aquele com que contávamos, e para o qual tinhamos feito um planeamento que permitiria a colocação a curto prazo do pessoal nessa situação. Esse planeamento não foi feito a contar» Com a vinda, para o nosso distrito, de muitos milhares de indivíduos, que se viram na situação de desemprego resultante da paralisação referida, das zonas de Setúbal, Lisboa e Algarve, Assim, se podíamos colocar 5 mil trabalhadores, o mesmo já não poderia ser feito, de momento, para outros tantos.»

Nestas condições, e sempre procurando resolver, a contento, as dificuldades que se lhes doparam, tem já, a direcção do Sindicato da Construção Civil de Évora, soluções bem originais, algumas, para superar esta crise.

AS COOPERATIVAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Desta vez, foi o camarada Jorge Ribeiro que interveio, para nos dizer que se trabalhava afinadamente «na criação de cooperativas de Construção Civil, tendo em vista a reversão daquela indústria, criando-se novos postos de trabalho e acabando-se, igualmente, com a exploração de grande parte das entidades patronais. Tem sido a grande aderência que se tem verificado por parte dos trabalhadores, e, apesar das manobras reaccionárias, divisionistas e oportunistas, estão prontas a arrancar, embora sem estatutos, as Cooperativas em Reguengos, Évora, Beja, Montemor-o-Novo e Portel.»

Esta iniciativa irá funcionar, inicialmente, só a nível do concelho de Évora. Posteriormente, pensa-se em alargar esta iniciativa aos outros dois concelhos, tendo em vista a crise em última análise, uma central única.

Preferem, de igual modo, os trabalhadores daquele sector, que o Ministério do Trabalho lhes fornecesse «um esboço relativo a um projecto de estatuto para as Cooperativas. Visto que não contamos com pessoas capazes, tecnicamente, de executar, bem como o indispensável apoio económico, acerca do qual, nada está aprovado até ao momento. Bom seria que o Ministério determinasse a criação de um Gabinete Técnico, que funcionasse conjuntamente com o Sindicato, e que, orientasse, validasse e autorizasse as iniciativas dos trabalhadores e para os trabalhadores.»

Está já em funcionamento o Grupo de Trabalho para o Emprego, que conjuga os esforços dos Sindicatos de Évora, Setúbal, Lisboa



os direitos dos trabalhadores são, de facto, reconhecidos por lei.

Nestas condições, como afirmo desgostoso o camarada Figueira, «quando a cabeça não fundena em condições, como poderá funcionar o corpo?».

LUTAR, MESMO A CUSTA DE SACRIFÍCIOS

Todavia, desarmar sem luta, não está na maneira de ser dos homens que foram democraticamente eleitos pelos seus camaradas de trabalho, para a direcção do Sindicato. Eles sabem que os trabalhadores confiam neles e, por isso, estão dispostos a lutar mesmo à custa de sacrifícios.

«Embora as culpas das direcções das secções sejam bem grandes, é bom que se diga que um dos factores mais importantes como causa desta situação, tem sido a actuação dos latifundiários e dos seus facciosos que, abertamente reaccionários, ou encapotadamente, através de palavras de ordem de «extrema-esquerda», mas sempre fazendo o jogo da reacção, atomizam os trabalhadores, criam divisionismos dentro da classe e afastam, assim, os mesmos do sindicato.»

Foi este o ambiente de trabalho que se deparou aos camaradas

agravante de, aquele ser um concelho muito grande, encontrando-se as populações muito dispersas, o que dificulta uma campanha de politização sindical como seria de esperar, fosse feita.

«Os próprios trabalhadores deveriam, não fosse o medo que têm dos seus antigos patrões, os carrascos de antes do 25 de Abril, fazer um saneamento completo nas direcções das secções de Portalegre e de Beja — disse, exortando, o a mi o Figueira. As atitudes reaccionárias são tão descartadas que, até o presidente da direcção da secção de Portalegre, indivíduo que há dez anos está ligado a uma confraria religiosa (...), se atreve a afirmar que «os Copcons e outros que tal há-de ser apanhados pelas orbes e depois verem-se» urge, pois, que os trabalhadores consciencializem quem são os seus inimigos e os abatam implacavelmente.»

O divisionismo fomentado por estes elementos reaccionários fica bem visível se atendermos ao número de filiais sindicais nos três distritos: no de Évora são 7 mil e tal os restantes são só mais 4 mil!

Procuramos, então, saber quais as condições de trabalho que se verificam neste ramo de actividade, mas, grau das dificuldades já apontadas,

O Alentejo não são só as grandes planícies, as oliveiras e os trabalhadores nos campos, agarrados, de sol a sol, à terra que, agora, mais do que nunca, é sua.

O Alentejo dos latifundiários, dos senhores feudais, exploradores do povo, esse está moribundo, para dar lugar aos novos proprietários da terra — aqueles que a trabalam, que a amam — mediante a execução da lei da Reforma Agrária, há pouco tempo promulgada pelo Ministério da Agricultura.

O Alentejo é, também, as suas cidades, as suas vilas e aldeias, onde vivem muitos trabalhadores, alguns em condições precárias. Procuramos, pois, tratar de saber em que situação se encontra a indústria da Construção Civil, no Alto e Baixo Alentejos.

Para tanto dirigimo-nos à sede do Sindicato da Construção Civil de Évora, onde os camaradas José Francisco Figueira, presidente da direcção, e Jorge Ribeiro, 2.º vogal, nos expuseram os problemas com que se debate a classe e as soluções que preconizam para os resolver.

O maior problema com que se debate o sector da Construção Civil no Alentejo é, fundamentalmente, a falta de preparação política das pessoas — começou por nos afirmar o amigo José Figueira.

Com efeito, e devido a política obscurantista que o regime fascista criou, grande parte dos trabalhadores deste sector são, ainda, analfabetos. Daqui resulta o facto de continuarem a ser enganados pela entidade patronal que, aproveitando-se desta ignorância e do trabalho, grande desemprego, os faz executar qualquer trabalho, por qualquer preço, desrespeitando, portanto, o que está estabelecido no C. C. T. Por outro lado, também a reacção não deixa de fazer o seu jogo, lançando os trabalhadores contra o Sindicato, através, sobretudo, de palavras da ordem partidárias, e nunca sindicais.

O Sindicato da Construção Civil, no Alentejo, tem a sua sede em Évora que, por sua vez, procura coordenar a sua acção com as secções de Portalegre (Alto Alentejo) e Beja (Baixo Alentejo), embora as mesmas não estejam, ainda, devidamente, legalizadas.

Acontece, também, que apesar de todo o apoio e esforço dinamizador, por parte da sede, as pessoas que estão à frente das secções por ausência de espírito sindical, ou por inconsciáveis desígnios, de carácter reaccionário, não cumprem o determinado.

«Da sede devem ordens às secções — continuou o camarada Figueira — para fazerem, nos distritos respectivos, uma rede de delegações sindicais, que cobrindo várias áreas permitissem a existência, uma chamada dos trabalhadores aos seus sindicatos, o que só seria benéfico para estes, na medida em que são os sindicatos, e não os patrões ou quaisquer outras entidades reaccionárias, que defendem os seus interesses. No entanto, aqueles indivíduos nada fizeram nesse sentido, tendo, pelo contrário, desmobilizado os trabalhadores evitando, mesmo, que eles se dirigissem a própria sede do sindicato.»

Continua na página 131

... J. J. GONÇALVES: SÓ COLECTIVAMENTE SE PODERÁ TRABALHAR

Cerca de 13 mil trabalhadores ligados, directa ou indirectamente, ao Grupo J. J. Gonçalves encontram-se à beira do desemprego em virtude da situação económica da empresa ser extremamente deficitária. Dependendo, fundamentalmente, da distribuição de produtos importados, os trabalhadores começaram, por outro lado, a ser vítimas de um certo boicote levado a cabo a partir do exterior, o que de resto, não admira.

Para nos contarem o que tem sido a luta dos camaradas que ali trabalham, contactámos alguns dos elementos da respectiva Comissão de Trabalhadores.

Foi Alfredo Simões quem começou por nos declarar: «Antes do 25 de Abril já se tinham registado algumas movimentações por parte dos camaradas de certas empresas ligadas ao Grupo, nomeadamente, na I.M.A.»

«Por outro lado — lembrou, de seguida, Pedro Horácio — também aqui se registaram algumas movimentações em 1968, sobretudo no sector oficial. Entretanto, dá-se o 25 de Abril e, imediatamente, surgiu um grupo de pessoas que elaborou um caderno reivindicativo e convocou um Plenário, sendo eleita a Comissão de Trabalhadores.»

Tal como quase sempre acontece, a administração negou-se a satisfazer as reivindicações apresentadas pelo que, e após uma série de reuniões os trabalhadores decidiram entrar em greve. Ao fim de uma semana e alguns dias de paralisação, a maioria das reivindicações foram conquistadas, seguindo-se um período de aparente estabilização.

«Durante o Verão — prosseguiu um dos nossos entrevistados — apercebeu-se que a situação económica da firma se deteriorava e logo que apareceu o decreto 669/74, pedimos a sua imediata aplicação. Após várias insistências junto do Ministério do Trabalho enviaram para cá um técnico que elaborou um relatório, chegando-se à conclusão de que o capital era insuficiente para o volume de vendas, que as «estruturas eram pesadas», etc.»

De tudo isto tomaram conhecimento os trabalhadores, em Novembro de 74. Desde então, e até 11 de Março, ficaram à espera da promética intervenção estatal. Após o 11 de Março, o Ministério da Coordenação Económica considerou o relatório realizado insuficiente pelo que nomeou um novo técnico com vista à elaboração de mais um relatório já entregue ao respectivo Ministério desde o dia 18 de Junho.

E assim, de relatório em relatório, quase um ano de luta se passou, ficando, praticamente, tudo na mesma.

Alfredo Simões afirma a seguir: «Estamos, portanto, na mesma. É claro que o Grupo J. J. Gonçalves tem problemas para resolver e nos

temos consciência disso. Mas, quanto ao nosso caso, está a melhorar bastante. Dizem-nos que não podem intervir enquanto nós, trabalhadores, não o soubermos quanto dinheiro é necessário para reestruturar a empresa. Ora, o relatório foi feito precisamente para isso.»

Em face de tal situação, que tipo de reestruturação poderá interessar aos camaradas do J. J. Gonçalves? Um dos nossos interlocutores adiantou-nos: «Precisamos de caminhar rapidamente para a reconversão. Dependemos, fundamentalmente, da importação e, neste momento, registase um certo boicote justificado com o não pagamento de algumas dívidas contraídas pelo Grupo. É claro que atrás de tudo isto há um certo boicote político, para lá da crise geral do capitalismo europeu e mesmo mundial. Tudo isso faz com que, neste momento, estejam centenas e centenas de máquinas agrícolas paradas porque nós não temos peças para fornecer. Está a vir, isto, numa altura em que a Reforma Agrária está a arrancar.»

A terminar esta curta conversa, um dos camaradas com quem nos avistámos fez o seguinte ponto

da situação: «O financiamento, só por si, não resolverá os nossos problemas. Como já dissemos, terá de haver uma reconversão e uma profunda reestruturação de todo o Grupo e isso terá de ser feito pelo Governo, ou melhor: terá de ser o Governo a fornecer-nos as linhas gerais das necessidades com que o País se debate. Por outro lado, há que ter em conta que não estamos nós, o nosso caso não é único e estamos ligados a todo este País. Da mesma forma que somos dependentes, outros dependem de nós só se podendo avançar colectivamente.»

Esperamos, pois, que os justos anseios dos trabalhadores do J. J. Gonçalves sejam satisfeitos. Para terminar não será demais lembrar que «só colectivamente se poderá avançar».

O QUE É O GRUPO J. J. GONÇALVES

Número de trabalhadores directos:
J. J. Gonçalves, S.A.R.L. — 1282 trabalhadores
J. J. Gonçalves, Automóveis — 711 trabalhadores
Lisboa — 1109 trabalhadores

Porto — 752 trabalhadores
Santarém — 74
Évora — 79

A rede de agentes que comercializam quase exclusivamente os produtos do Grupo é constituída por 4 000 trabalhadores.

As empresas associadas e ligadas comercialmente ao Grupo albergam 7000 trabalhadores.

Actividades:

DE APOIO À PRODUÇÃO:

Agricultura-tractores e máquinas agrícolas

Construção e Obras Públicas-máquinas de movimentação de terras e escavadoras.

Transportes-automóveis, autocarros, etc.

Material industrial para hotéis, cantinas e supermercados.

EQUIPAMENTO FAMILIAR:

Automóveis e electrodomésticos.

Finalmente o referido Grupo fornece ainda peças, acessórios e assistência técnica.



Contratação colectiva

● FOCUZEIROS DE MAR E TERRA

Os trabalhadores focuzeiros de mar e terra dos distritos de Lisboa e Porto passam a dispor de novo CCT. Neste acordo de trabalho inserese uma nova tabela salarial, novas condições de trabalho; a regulamentação de horário de trabalho; as remunerações do trabalho extraordinário; e o estabelecimento de subsídio de férias e de Natal igual a 100% de remuneração mensal.

O presente CCT estabelece ainda multas de cinco mil a dez mil escudos para infracções cometidas

pela entidade patronal podendo elevar-se essas verbas a 10 mil e a 20 mil escudos sempre que a entidade patronal não queira pagar os ordenados mínimos. Por outro lado são proibidos os despedimentos sem justa causa. No entanto se este se processar de uma forma abusiva o patronato terá de pagar uma indemnização correspondente a uma retribuição de três meses por cada ano de antiguidade.

● PROFISSIONAIS DE CINEMA

Os profissionais de cinema passaram a beneficiar de um novo CCT, vertical e com efeitos retroactivos a partir do dia 1 de Março. Na nova regulamentação são definidas as categorias profissionais e a forma de ingresso na profissão; é estabelecido o regime de horário de trabalho; o trabalho prestado por menores, mulheres e estudantes, e ainda o subsídio de Natal e férias, são regulamentadas as tabelas de classificação dos teatros e cinemas de Lisboa, Porto, provincia e áreas Acres e Madeira, com dotações de quadros, mínimos e o estabelecimento para cada uma das tabelas de retribuição de prémios para os trabalhadores administrativos de laboratórios de produção e realização.

Por outro lado e para os casos especiais em que cinema e de classes diferentes mas pertencentes à mesma empresa funcionem em conjunto, foi estabelecido que

aos trabalhadores ao serviço de cinemas de classe inferior seja aplicada a tabela salarial da praticada no cinema de categoria superior.

● GRÁFICOS

A Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho publicou uma nota na qual se afirma que a solução do caderno reivindicativo dos trabalhadores gráficos está dependente das resoluções governamentais relativamente à estruturação da imprensa diária pois que em consequência da nacionalização da banca a maioria dos jornais no Porto e Lisboa ficaram a pertencer ao Estado, «ou este assumiu posição maioritária no respectivo capital». A referida nota afirma ainda que «é objectivo da reestruturação em estudo a racionalização da gestão, a redução dos custos suportados em parte considerável pelo Estado e o melhor aproveitamento da informação ao serviço do processo revolucionário». Por outro lado acrescenta ainda que «a melhoria das condições de trabalho e defesa dos interesses dos trabalhadores mais desfavorecidos da Imprensa diária são preocupação fundamental da comissão de reestruturação». No entanto relativamente ao caderno reivindicativo dos trabalhadores da tipografia, litografia e rotativa e segundo aquela mesma direcção deverá ser distribuído nos primeiros dias desta semana.

Na primeira parte desta mesa-redonda, os jornalistas Jacinto BAPTISTA (Diário Popular), Joaquim BENITE (O Século), Daniel RICARDO (A Capital), Armando PEREIRA DA SILVA (Diário de Lisboa) e como representante do nosso jornal José Luis JUDAS, discutiram diversas questões relacionadas com o problema da imprensa em Portugal e particularmente qual tem sido o papel da nossa imprensa face ao momento político que vivemos. Os intervenientes foram unânimes em concordar que os jornais não podem ser simples espectadoras da realidade e que a Imprensa portuguesa tem de facto participado de forma positiva no processo revolucionário, o que nem sempre tem acontecido noutros países; em situações idênticas. Foi ainda abordado o problema da especialização dos jornalistas e da necessidade de que os nossos jornais deixem de ser quase exclusivamente o reflexo das actividades urbanas e mais especificamente governamentais e comecem a preocupar-se com os reais problemas do resto do país. Essa questão veio levantar outra, que neste momento continua sem resposta: como se os jornais portugueses?

Terminamos neste número a publicação desta mesa-redonda que sem pretender ser uma abordagem exaustiva do assunto, contém depoimentos que podem pelo menos servir de base de reflexão.

IMPRENSA E REVOLUÇÃO



A nossa Imprensa é uma Imprensa urbana, e esse é um dos seus dramas. A imensa maioria dos jornalistas tem uma civilização do asfalto, uma civilização de cidade e desconhece de facto o resto do País. Ora parece-me que é urgente resolver este problema. É preciso que os jornais saibam o que se passa no País e tenham um conhecimento directo.

(ARMANDO PEREIRA DA SILVA)

(Cont. do número anterior)

DANIEL RICARDO

D. Ricardo — Só um esclarecimento: quando digo que a Imprensa está atrasada em relação à evolução do processo é que entendo, e aliás tu próprio o disseste há bocado, que a Revolução se está a fazer também fora de Lisboa. Recordo-me por exemplo que quando se desencadeou o processo de ocupação de terras no Alentejo, a Imprensa só praticamente um mês e meio depois de terem sido ocupadas as primeiras terras, se referiu a isso.

JOAQUIM BENITE

J. Benite — Claro que como também disse o Jacinto Baptista, um jornal empenhado na Revolução tem que ter uma grande redacção. E mais ainda: quanto menor é o número de páginas mais redactores tem que ter, ao contrário do que provavelmente as pessoas pensam. Porque evidentemente, como o Sartre outro dia disse, os jornais portugueses são cemitérios de comunicados, isto é verdade. E porque? Porque há poucos efectivos. Porque os comunicados chegam às redacções e não podem ser tratados numa perspectiva jornalística, não podem ser reescritos, não se pode criticar o comunicado, não se pode fazer nada disso. É colar e mandar para a tipografia porque não há tempo. Ainda outro dia li, numa entrevista dada por um jornalista independente, ou um artigo que ele escreveu, não me recordo, em que para já aproveitou-se muito aquela comunicação do ministro Correia Jesuino de que a Imprensa portuguesa era monótona. Isso tem sido lançado para aí aos quatro ventos. Ora isso é tirar uma frase do contexto. O que o ministro disse de mais importante é que a Imprensa portuguesa não era partidária. Concedeu que pudesse ser monótona, mas isso é uma constatação, agora a afirmação d'ele é que não era partidária. Esqueceu-se completamente esta parte da afirmação do ministro para se começar a acentuar que a Imprensa portuguesa era monótona. Esse mesmo jornalista, que infelizmente não está aqui, disse que o público português estava a pagar jornais que não lia. Ora bom, este é um ponto concreto. Eu suponho, não sei se estou correcto, mas suponho que a

está disposto Portugal

FICOU ASSENTE QUE OS EMIGRANTES SERIAM ABRANGIDOS POR ALGUMAS DAS REGALIAS ATRIBUÍDAS AOS FRANCÊSES ANUNCIANDO O PRESIDENTE DA REPUBLICA

“POR MAIS ANOS QUE VIVA JAMÁS PODEREI ESQUECER ESTA MANIFESTAÇÃO”

FÓRMULA DAS FÓRMULAS

REVOLUÇÃO

ria fidei-
s, uma
de ar
também
publica-
tina e
vida, na
tribrífic,
nicação
te, nós
Jorna-
o bene-
de
ógicos,
nevisão
o deve
evitar
política
ortante
Sintra
e mora
de li
que se
demom
s pert-
do-ndos
para a
de. Por-
que
forma
de um

J. L. J. — Eu quando vim para aqui, o que verifiquei em relação aos jornalistas, o que não quero dizer que eles depois não tivessem correspondido, foi um certo espírito a que podemos chamar elitista em relação, por exemplo, aos outros indivíduos, em relação, inclusive, a certo tipo de inserção na batalha da produção. Os jornalistas trabalham cinco horas por dia, segundo o contrato. Há mineros que trabalham oito e dez. Dizem que é um trabalho extremamente difícil, o de jornalista, eu argumentei aqui com as pessoas: «mas o de mineiro de certeza é mais chato, senão troca lá, e vai ver como é». Quer dizer, não foi uma forma que nós tivemos de bater os assuntos durante muito tempo, até que as coisas fossem evoluindo. Para que as coisas sejam realmente revolucionárias, em que medida é que vocês entendem que os jornalistas também estão dispostos a aderir à batalha da produção, isolando um tipo de austeridade que seria indispensável? E mais: gostaria que vocês se pronunciassem, excepto o Armando, que já cá esteve, e que pode até fazer uma análise retrospectiva do que se passou, sobre o seguinte: se vocês fossem jornalistas de um jornal de trabalhadores, qual entenderiam que seria a forma de tratar os assuntos?

JACINTO BAPTISTA



J. BAPTISTA — Sobre a produtividade do jornalista, muitas vezes, efectivamente, somos criticados por trabalharmos cinco horas, quando, na realidade, trabalhamos mais. Ora, eu gostava de lembrar que, tal como o professor, o jornalista não trabalha apenas durante o tempo de permanência no local de trabalho. O nosso professor tem muitas horas de trabalho, mas, para além dessas horas de trabalho que tem na escola, tem, também, muito trabalho em casa, vendo pontos, estudando as lições que vai dar, etc. Com o jornalista acontece o mesmo. Vocês sabem que muitos de nós, muito para além das horas efectivas de trabalho, temos, de facto, um tempo de trabalho total. Suponhamos o articulista: nós sabemos por experiência própria que um artigo se escreve em meia hora, ou, uma hora, um artigo de opinião, digamos assim. Portanto, o articulista chega de manhã à redacção e escreve o seu artigo em meia hora, o que nos podia levar a pensar, como

ele ainda tem mais quatro horas e meia, vamos-lhe pedir que escreva nove artigos». Ora isso não pode ser, e não pode ser porque ele não é uma máquina.

J. L. JUDAS — Nós aqui neste jornal estávamos condicionados por questões de ordem económica, e chegámos a um acordo, que consiste em atribuir a cada jornalista, visto que isto é um sacrifício, um enriquecimento durante uma semana de um determinado espaço dentro do jornal.

JACINTO BAPTISTA

J. BAPTISTA — Eu só queria chamar a atenção para o tempo livre que se dá a um jornalista, a um professor, e lhe permite especializar-se no seu ofício, de se preparar, de estudar. Também isso é uma coisa importante, que não pode medirse por padrões puramente numéricos, em horas de trabalho.

A. P. da SILVA — Acho que o Jacinto Baptista tem razão, e todos nós sabemos que na classe dos jornalistas portugueses a alguns que já funcionam assim, mas também há muitos que não funcionam, e basta lembrar o seguinte: a maior parte dos jornalistas, por necessidades de várias ordens, por opções e outras razões, tinham, de facto, mais que um emprego, alguns ainda têm, e às vezes até tinham vários empregos. Portanto, o problema é mesmo o da profissionalização. Se o jornalista for mesmo profissional, não haverá grandes problemas quanto a horário de trabalho, e, portanto, ele funcionará como tal a qualquer hora. Em relação ao problema que o Judas levantou quanto ao «Alavanca», estamos de acordo, e creio que sempre estivémos nesse aspecto, mas eu digo mais, é que mantenho o opinião de que nós continuamos a ser bastante elitistas, continuamos a ter problemas de classe, e um jornal destes, por isso, que o futuro dele será o de vir a ser feito mesmo por operários. Portanto, aqui há um problema um pouco diferente da imprensa actual.

J. BENITE — Eu estou em oposição diametral a essa tese. Acho que se caminha para uma sociedade científica e para a especialização, conforme tu, aliás, disseste. Vejamos uma coisa: em relação ao que disse o Jacinto Baptista, eu estou de acordo, e há, evidentemente, uma diferença de significação que é preciso ter em conta. Quer dizer, nós não podemos esquecer que estamos a falar de um jornal que vai ser feito por trabalhadores, cujos leitores, portanto, serão também trabalhadores. Convém não deixar que os trabalhadores tenham a ideia de que as tais cinco horas, ou seis, reivindicadas pelos jornalistas, constituem um privilégio de classe. É preciso não deixar que essa ideia se mantenha, porque isso é uma maneira incorrecta de os trabalhadores analisarem o assunto. Como diz o Jacinto Baptista, é preciso pensar no tempo de trabalho que o jornalista utiliza. Por exemplo: o jornalista que faz um artigo de duas colunas, ou de três, não pode ter necessidade, para fazer esse artigo, de ler uma quantidade de livros. Em Portugal ainda há a tendência para medir o trabalho do jornalista em horas de trabalho e em quantidade de provas, o que é errado. O trabalho do jornalista só pode ser medido depois de estar feito. Vou dar um exemplo concreto: um jornalista, o John Reed, foi mandado por um jornal americano fazer uma reportagem da Revolução de Outubro, não é verdade? E ele escreveu aquela, cobriu o livro Os dez dias que abalaram o mundo. Ora bem, esse livro teve uma importância histórica muito maior do que todos os artigos que até hoje se escreveram nos jornais americanos sobre o assunto. É porquê? Porque esse jornalista estava preparado. E como é que ele estava preparado? Por um longo passado de inúmeros trabalhos, por ter trabalhado em jornais regionais pelo trabalho de preparação política que lhe permitiu fazer aquele livro. Quando esse livro é feito, o que é que se vai analisar em matéria de trabalho? As horas que o demorou a escrever — ou toda a preparação do jornalista, que é uma preparação que envolve uma actividade política? É isso que deve ser medido quando o livro é publicado. Nós não podemos analisar o trabalho de um jornalista na perspectiva em que analisamos qualquer trabalho em tempo de horas de produção. É pela importância dos seus produtos que podemos analisar o trabalho do jornalista. É evidente que eu estou de acordo com o Armando quando ele diz que há muitos jornalistas que aproveitam essa do horário para só trabalharem cinco ou seis horas. Mas essa é outra aspecto da questão. Nós devemos chamar a atenção dos trabalhadores para o facto de isso não ser verdade. Essa análise não está correcta. O trabalho do jornalista, se de facto é um trabalho de carácter intelectual, é um trabalho voluntarismo, e quanto a essa comparação que fizeste com os mineiros, pois nós devemos todos ter o maior respeito pelo trabalho do mineiro, mas a verdade é que o trabalho de um jornalista pode ser tão violento ou mais que o de um mineiro, pois o verdadeiro jornalista escreve com a carne, com a sua própria vida. E claro que a maior parte dos jornalistas que nós temos não procede assim, mas isso é outro aspecto. Quanto ao jornalista, vemos lá, ideal, trabalha muito mais que toda a outra gente, porque trabalha só nisso e essa é a sua vida.

J. BAPTISTA — Visto que há, aqui também, uma preocupação de pesquisa, e, portanto, preocupação pragmática em relação ao vosso jornal, o «Alavanca», eu sugiria, se tivéssemos tempo para isso, evidentemente, que estudássem um pouco uma experiência histórica portuguesa, que foi a do primeiro jornal operário que existiu antes desta situação do Estácio Novo, que era o «Batalha», que chegou a ser o terceiro jornal diário, e que desde o início, e talvez por isso, teve uma grande preocupação de eficiência. Ele queria subsistir e influenciar também as massas trabalhadoras que não tinham condições para uma solução de compromisso. Ele tinha um estatuto que, decididamente,

REVOLUÇÃO



TRANSPORTES RODOVIARIOS NACIONALIZADOS: OS TRABALHADORES DO SECTOR EXIGEM RESPOSTA PARA OS SEUS PROBLEMAS

O sector dos Transportes Públicos foi, como é do conhecimento geral, nacionalizado. Todavia, e apesar da dinâmica dos trabalhadores e dos organismos Estado ligados directamente a esta questão, muitos e graves são os problemas que se encontram sem solução. Tendo em vista alertar e esclarecer os trabalhadores, o «Alavanca», baseando-se nas informações prestadas por camaradas da Comissão de Trabalhadores da empresa nacionalizada Transul, elaborou um inquérito que submeteu à apreciação do Gabinete de Estudos e Planeamento, da Direcção-Geral de Transportes.

«ALAVANCA» — A «caça» aos passageiros era uma constante verificada nos percursos efectuados pelas várias carreiras de transportes públicos que detinham a con-

dição de exploração das zonas neles compreendidas. Depois da nacionalização do sector de transportes, continua a verificarse esta situação, pelo menos no que res-



peita à margem Sul do Tejo. Sabese, também, que a empresa Covas & Filhos, que actua na zona de Sesimbra, não foi nacionalizada e que, a mesma, faz concorrência às restantes empresas da mesma área. Porque motivo não foi aquela empresa nacionalizada? Para quando a planificação global dos raios de acção das empresas nacionalizadas e das não nacionalizadas, de modo a que se obste aos malefícios desta «caça»?

D. G. T. T. — O critério que preside à nacionalização, ou não, de qualquer empresa é da competência exclusiva dos Ministérios respectivos, não podendo, portanto, a D.G.T.T. pronunciarse sobre o assunto.

«ALAVANCA» — De uma maneira geral, a grande massa trabalhadora vive na periferia das cidades e não no centro. Houve, no entanto, um aumento de tarifas para as zonas periféricas (interurbanas), que não foi acompanhado pelo natural aumento nas zonas da cidade (urbanas). É o caso de Almada e arcos-va. Também na carreira que sai de Cacilhas e se dirige a Lazarim ou Vale Fetal, se passa um caso que, não fosse o facto de não ser isolado, poderia considerarse anedótico. Com efeito, e embora não seja necessário qualquer transbordo, o condutor tem de passar aos passageiros que se dirijam a Lazarim ou ao Vale Fetal, um bilhete urbano até ao Feijó e, a partir dali, um outro interurbano até Lazarim ou Vale Fetal, conforme os casos. Acresce, ainda, o facto de o condutor ter de trabalhar, na primeira parte do percurso, com uma folha de fiscalização e estatística urbana, e depois com outra interurbana. Complicase a vida dos passageiros, do condutor e dos serviços administrativos da empresa.

Relativamente à primeira parte tenciona a D.G.T.T. sabendo-se que este é um problema de âmbito camarário, interir junto das mesmas, no sentido de que seja adoptado um critério único e, eventualmente, mais justo?

No outro caso exposto, se a D.G.T.T. determinasse uma car-

reira única, Cacilhas-Vale Fetal e/ou Cacilhas-Lazarim, não seria simplificado todo este processo?

D. G. T. T. — A classificação de carreiras bem como o processo e critérios de concessão continuam a basearse no Regulamento dos Transportes Automóveis, que hoje está, notoriamente, desactualizado agindo como entrave a um racional funcionamento do sistema de transportes rodoviários.

Segundo este Regulamento só estão previstas a existência de carreiras urbanas (aquelas que percorrem vias urbanizadas) ou interurbanas, não se definindo no R. T. A. qualquer estatuto para carreiras das zonas suburbanas, isto tem consequências graves, pois sendo o regime tarifário e de concessão diferente para carreiras urbanas e interurbanas, e sendo o pedido de alterações de carreiras (classificação, tarifa, horários) bastante moroso, é natural que se tenham instalado estas situações aberrantes que não interessam nem aos trabalhadores nem aos utentes, mas que o quadro legal existente dificulta resolver. A alteração destas situações por parte da D.G.T.T., passa pois pela revisão — urgente de resto — do próprio R. T. A.

«ALAVANCA» — Para que um veículo possa efectuar um serviço além-fronteira é indispensável a apresentação da, naturalmente necessária, autorização para o efeito, que se torna extensiva, exclusivamente, para o motorista a quem o veículo se encontra distribuído. Ora, se o motorista, por exemplo, adoece, nenhum outro indivíduo poderá efectuar aquele serviço, o mesmo acontecendo, no caso de se avariar a viatura autorizada.

Quais as possibilidades de, o mais rápida e eficientemente possível, se simplificar a concessão de autorizações, para o efeito e como superar os casos acima apontados?

D. G. T. T. — As autorizações emitidas por esta Direcção, a cada uma têm a ver com os motoristas que conduzem os autocarros.

alavanca

Transportes Terrestres Rodoviários

Consequentemente, as dificuldades referidas devem resultar de documentos de outra natureza.

Algumas das autorizações de transporte concedidas por esta Direcção-Geral referem-se a veículos determinados. Consequentemente, em caso de avaria, as autorizações terão que ser substituídas. Na prática, não se têm suscitado dificuldades com esta exigência.

O processo de concessão de autorização para transportes ocasionais internacionais é extremamente simples e rápido.

Está-se aberto, porém, a quaisquer sugestões, através de cartas concretas, no sentido do seu aperfeiçoamento.

«ALAVANCA» — No caso da Carris passar a trabalhar só a Norte do Tejo, muitos milhares de trabalhadores que vivem na margem Sul e que, diariamente, se deslocam para os seus locais de trabalho, em Lisboa, ficarão à bracos com graves problemas de transporte.

Tem a D.G.T.T. algum planeado para superar esta situação?

D. G. T. T. — Está de facto prevista a supressão das linhas da Carris, na margem Sul, por motivos de reestruturação dos mesmos serviços. Contudo, o transporte dos actuais utentes da Carris nas linhas da Transul é totalmente assegurado através da Transul. Esperase mesmo introduzir uma acentuada melhoria nas carreiras Sul-Lisboa vindo oferecer ligações directas às zonas da cidade com mais forte poder de atracção sobre a população da margem Sul, com redução dos actuais tempos de viagens e número de correspondências, e sem agravamento de preços.

Para o efeito têm-se desenvolvido esforços conjuntos entre a D. G. T. T., TRANSUL e BELOS, no sentido de, no mais curto prazo, pôr em acção o conjunto de medidas que vieram a ser acordadas.

Estas medidas inscrevem-se no objectivo de uma reestruturação mais ampla para toda a rede de Autocarros do Sul, que deverá ser compreendida por uma revisão tarifária, de forma a proporcionar ao utente uma escolha adequada de alternativa de ligação a utilizar, do ponto de vista de itinerário, e de ponto de vista do modo de transporte, sem penalizações tarifárias.

«A.» — Tendo em vista, em última análise, melhor servir o público, aperfeiçoando o sector de manutenção das viaturas, os trabalhadores da empresa nacionalizada Transul, apresentarão um plano de reestruturação daquele sector, que tinha como pontos principais, os seguintes: abertura de novas linhas, alargamento das instalações, qualificação do pessoal por secções e abertura de uma secção que funcione como Secretaria Geral e Gabinete Técnico.

Para quando essa aprovação do plano por parte da D. G. T. T.?

D. G. T. T. — Não temos em nosso poder o plano referido. Este assunto é da competência do Ministério dos Transportes e Comunicações, sendo por isso natural que esse projecto para a tenha sido enviado.

«A.» — A entidade que determi-



na os locais para a colocação de toldos de protecção nas paragens dos transportes públicos é, pelo menos na margem sul do Tejo, a Câmara. Queixam-se os trabalhadores, que embora forneçam estes a mão-de-obra para o efeito, as Câmaras não lhes têm prestado colaboração, resentindo-se, do facto, o público utente daqueles Transportes.

Podrá a D. G. T. T. pressionar as Câmaras no sentido de haver, de futuro, maior colaboração com os trabalhadores, quando estes apresentam, como no caso vertente, medidas de interesse para a colectividade?

D. G. T. T. — E a população local em conjunto com os trabalhadores do sector que, fundamentalmente, tem de solucionar, pressionando a Câmara Municipal, o problema exposto. O papel da D. G. T. T. nesta questão limitar-se-á a referir junto da Câmara a iniciativa popular.

ABOLICÃO DE PORTAGENS PARA TRANSPORTES COLECTIVOS

«A.» — A Transul chegou a pagar, num mês de Verão, 335 contos de portagem. No caso de o raio de acção dos carros desta empresa vir a ser alargado à zona central de transportes, em Lisboa, e com o intuito de se man-

terem os mesmos preços, consideram os trabalhadores daquela empresa, a necessidade de portagem livre para os transportes públicos nacionalizados.

Tem a D. G. T. T. algum plano traçado neste sentido?

D. G. T. T. — Está em curso um estudo de reanálise de portagens, a nível nacional. Nesse âmbito, e no caso concreto da Ponte 25 de Abril, a D. G. T. T. já propôs que, para além da necessidade de circulação ao transporte público de passageiros no acesso à portagem, aponta também a isenção do pagamento da mesma.

Por este facto, o alargamento do raio de acção das carreiras de ligação Sul-Cidade, nomeadamente da TRANSUL e BELOS, não deverá implicar um agravamento de encargos, nem para os transportadores, nem para os utentes.

«A.» — A Comissão de Trabalhadores da Transul afirmou-se ter obtido a máxima colaboração e apoio de alguns elementos da D. G. T. T., com quem contactarão e trabalharão. Reconhecem, todavia, que sectores haverá onde postos os problemas estes não apareçam resolvidos ou, em caso afirmativo, bastante parcialmente. Consideram, nesta medida, os trabalhadores da D. G. T. T. que tenha sido feito um cuidado saneamento nesse organismo de Estado?

Caso afirmativo quais as razões que justificam tantos dos problemas de ordem burocrática, por exemplo, aqui levantados pelos trabalhadores do sector de transportes?

Caso esse saneamento ainda não tenha sido feito devidamente, quais as atitudes assumidas pelos trabalhadores da D. G. T. T., tendo em conta esse propósito?

D. G. T. T. — Os trabalhadores da D. G. T. T. há muito defendem o seu processo de saneamento. A dinâmica deste processo acompanhou a própria dinâmica do processo revolucionário acusando as contradições, avanços e recuos deste — momento através dos sucessivos decretos de saneamento promulgados.

Porque o conteúdo da palavra saneamento se foi alterando com o avanço da revolução, não podem hoje, como não podiam ontem, os trabalhadores da D. G. T. T. considerar concluído o seu processo de saneamento.

Desde o início, a preocupação maior era a do saneamento político — ou seja, de indivíduos ilicidos ao fascismo — hoje, embora não esquecendo esse, deverá haver um objectivo mais profundo: alterar as estruturas e colocá-las, efectivamente, ao serviço do povo e da revolução.

Isso implicará, necessariamente, o saneamento de indivíduos que impeçam ou entremem essa mesma alteração de estruturas.

No entanto, acabar com a pesada máquina do Estado não é obra para dois dias nem para apenas uma comissão de saneamento local.

Se acaso existem entraves, ou até erros de funcionamento que, até por vício de rotina, não são detectados pelos próprios funcionários, é urgente que os trabalhadores deste sector (nomeadamente os rodoviários) nos alertem para esses entraves e erros.

Uma das formas de saneamento é, sem dúvida, a reestruturação e reclassificação de serviços e pessoas. Ao mesmo tempo, ir detectando e eliminando os elementos corruptos e contra-revolucionários, não esquecendo que o anticorrupção de ontem possa ser substituído pelo anticorrupção de hoje se lutar contra o socialismo — o do Povo — entendam-nos.

«A.» — Para terminarmos deixamos lançada uma questão, que em última análise, é a que mais interessa aos trabalhadores deste novo e revolucionário Portugal, de todos os pontos de vista: quer que se inquirir foram formuladas. Para quando uma eficaz e real dinâmica de saneamento é a que mais invade e dinamiza dos trabalhadores? — que pretende fazer o Ministério relativamente ao desvincionário, que inevitavelmente se cria, resultante da burocratização de processos e do isolamento a quem, em função disso, estão sujeitos os trabalhadores nos vários departamentos, e de quem dependem? A organização completa de quem, como trabalhadores, aos órgãos intermediários, ao Ministério, ou a todos em conjunto, se destinam, os enciosamentos com o fim de atingir a sociedade socialista proposta no programa, e depois de 25 de Abril de 1974?

Construção Civil no Alentejo

(Continuação da página 5)

e Latria e que juntamente com as Câmaras e Governos Civis, criaram vários postos de trabalho.

MATAR VÁRIOS COELHOS DUMA SÓ CAJADADA

« O camarada José Figueira é quem nos dá conta de uma solução original, apresentada pelo sindicato que representa os trabalhadores, como costumava dizer-se, «matar vários coelhos, de uma só cajadada».

«Sabemos que, no Alentejo, muitas pessoas têm, em suas casas, quantias, em dinheiro, que variam desde os 100 aos 500 contos. Ora estas pessoas, devido à desconfiança e medo que os 48 anos de regime fascista nelas incutiu, não querem pôr as suas economias nos Bancos; por outro lado, receiam, também, os ladrões. Assim pensámos e contactámos as Câmaras aqui do distrito, no sentido de estas fazerem um levantamento das quantias (em possível complemento, abrangendo os concelhos, as vilas, as freguesias e os lugares, de tal modo que as pessoas que queiram construir, com aquelas economias, de uma casa, o possam fazer. De que maneira?»

«Pois bem, as Câmaras através de expropriações (que as há muito para fazer) e planificações necessárias Infra-estruturas, atribuirá, ou venderá, conforme o caso, os terrenos, nos locais onde os trabalhadores da Construção Civil, fazemos as casas. Em números aproximados, mas não longe da realidade, podemos apontar para o concelho de Évora haverá à volta de 500 pessoas interessadas nesta ideia. Multiplicando-se pelos 14 concelhos que tem o distrito e, facilmente, nos apercebemos da importância desta iniciativa.

Resta acrescentar que se os resultados forem compensadores, alargaremos esta campanha aos distritos de Portalegre e de Beja».

Agora acrescentamos nós, camaradas da Construção Civil do Alentejo, que têm homino no vosso Sindicato, em Évora, com quem podem contar. Senão reparem bem nos benefícios que assim imediatamente saíam à vista e que vos traz e ao País (partindo a todos os vossos camaradas trabalhadores), a ideia lançada por eles:

— Movimentação de divisas que estavam «congeladas», não sendo úteis nem aos seus possuidores, nem à colectividade.

— Construção de grande número de casas, o que resolve, a curto prazo, a crise da habitação.

— Utilização social de terrenos através da expropriação dos mesmos.

— Criação de novos postos de trabalho na indústria da Construção Civil, respondendo, deste modo, à necessidade de colocar os camaradas desempregados.

— Incremento das restantes indústrias que funcionam, paralelamente, à Construção Civil, como a siderurgia, cimentos, tintas, etc., etc.).

«Dai, portanto, camaradas, o vosso apoio aos homens que estão na Direcção do Sindicato. Eles são trabalhadores como vós e é por vocês que eles lutam.

ACONTECE NA U. R. S. S.

Na União Soviética (como nos demais países socialistas), muitas das principais agremiações desportivas nasceram de fábricas e destinam-se, prioritariamente, aos seus trabalhadores.

Assim, quando um clube desportivo é criado numa fábrica, recebe todo o género de apoio, inclusive material, por parte do Comité Sindical Fabril. Os clubes desportivos fabric unam-se dentro do respectivo ramo industrial, criando as suas sociedades desportivas voluntárias (S. D. V.) e

27 milhões de praticantes

os seus órgãos dirigentes (conselhos da S. D. V.) distritais, regionais e central. Todos estes órgãos são efectivos, e prestam contas de sua actividade às reuniões ou conferências dos desportistas, mas, na sua actividade quotidiana, os conselhos da S.D.V. estão estreitamente ligados aos «comitês» dos sindicatos.

Todos os sindicatos da U. R. S. S. possuem as suas S. D. V. No Sindicato dos Ferrovias, por exemplo, existe a sociedade desportiva Lokomotiv; no Sindicato dos Trabalhadores da indústria local e das empresas de serviços, a sociedade Spartak, que é uma das maiores do país, etc.

Actualmente, o desporto sindical da U. R. S. S. está representado por 29 sociedades, 107 mil clubes desportivos e 27 milhões de desportistas. Tais números são normais, pois os Sindicatos dão grande atenção ao desenvolvimento entre os operários e empregados da cultura física e desporto, considerados na U. R. S. S. como um meio importante de educação e desenvolvimento harmonioso do indivíduo. Os Sindicatos soviéticos passam anualmente vinte por cento do seu orçamento com estes objectivos.

Na maioria dos clubes desportivos, foram criadas não só secções puramente desportivas mas também grupos de preparação física geral, secções de turismo, de caça e pesca desportiva. Por outras palavras, as actividades desportivas e de revigoramento de



DESPORTO

Um artigo de GUEORGUI ELISSEIEV chefe do Departamento do Conselho Central dos Sindicatos da U. R. S. S.

saúde estão intimamente ligadas e acontece não raro que um novo que começa a frequentar o grupo de preparação física geral ou a secção de turismo passa, com o tempo, a uma secção comum e consegue êxitos na modalidade escolhida.

As S. D. V. sindicais e o Conselho Nacional das S. D. V. promovem numerosas competições em todas as modalidades desportivas olímpicas e outras, em particular, nacionais. Nestas sociedades, desfrutam de especial popularidade as corridas de massas a cortameto (cerca de quinze milhões de participantes) e as Esportivadas, nas quais tomam parte pessoas de diversas idades, às vezes famílias inteiras, as concentrações turísticas, etc.

Para a organização das medidas desportivas e de revigoramento de saúde, as S. D. V. sindicais dispõem de uma sólida base material: 2500 estádios, 960 ginásios, 680 pousadas de esquí, 615 piscinas, mais de 265 mil campos de futebol e áreas para praticar outros desportos, mais de 10 mil acampamentos e pousadas (para o revigoramento da saúde) no campo.

Esta vasta rede de instalações

para a prática desportiva e revigoramento da saúde ampliam-se continuamente. Segundo o actual plano quinquenal de desenvolvimento da economia soviética (1971-1975), por exemplo, os Sindicatos soviéticos, juntamente com a administração das empresas, destinam a estas finalidades mais de 100 milhões de rublos (um rublo equivale aproximadamente a trinta escudos).

Nos estatutos-modelo das S.D.V. dos Sindicatos, diz-se que os recursos materiais das S. D. V. se formam das quotizações que são, aliás, muito insignificantes (50 copeques por ano e por pessoa, isto é, cerca de dez escudos), mas também das receitas do movimento sindical, das receitas dos espectáculos desportivos, do au-

quer de instalações desportivas, etc. A parte mais substancial destes recursos são as verbas do orçamento sindical.

Além disso, a administração das empresas e organizações dispõe também verbas consideráveis com a manutenção das instalações destinadas às actividades desportivas e de revigoramento, pois estas instalações são propriedade das empresas e não das S. D. V. A administração destina não raro, para as actividades desportivas, verbas provenientes de diversos fundos da empresa. A análise da actividade do clube desportivo da Primeira Fábrica de Relógios de Moscovo, por exemplo, mostrou que 42% do total das suas despesas anuais foram as verbas transferidas de diversos fundos da empresa.

Actualmente, na U. R. S. S., trabalham mais de 32 mil instrutores para a ginástica no trabalho, que é praticada diariamente, durante intervalos especiais de quinze minutos nas empresas e organizações do país por cerca de quinze milhões de pessoas. Os instrutores, juntamente com os conselhos das S. D. V., realizam uma vasta actividade de revigoramento, organizando não só a ginástica no trabalho, mas também outras medidas desportivas de massas. Estes instrutores constituem uma grande força das S.D.V. dos Sindicatos. Todos eles fazem parte dos quadros das empresas e o seu trabalho é remunerado com verbas do fundo geral de salários.



Na época final, o Dinamo de Kiev ganhou não só o Campeonato Nacional mas também a Taça da U.R.S.S. — Troféu que, na gravura, um jogador entrega ao técnico da equipe, Valeri Lobanovskii, responsável também pela equipa nacional. O Dinamo, como o seu nome indica, é o clube de uma grande empresa fabril.



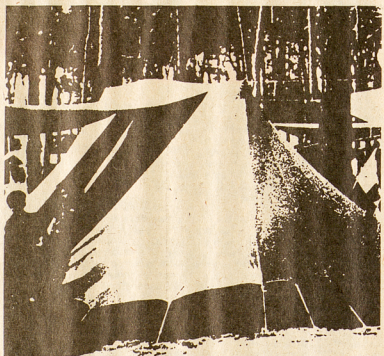
A extraordinária expansão do campismo nos nossos dias, a sua dimensão universal e o carácter social da sua actividade deve-se a diversos factores. — Ao desenvolvimento urbano das grandes cidades, concentrando as pessoas em grandes aglomerados populacionais onde faltam os espaços verdes, os largos horizontes dos campos e onde o ar que se respira é sufocante; A atracção das populações rurais para as cidades industriais, isolando-as nas suas quatro paredes; Ao processo de produção fabril, abstração de ritmos acelerados, e ainda à luta desesperada pela vida numa sociedade de competição, que rouba às pessoas os seus actos livres, e cria, naturalmente, um movimento inverso que as leva da cidade para o campo, procurando nos seus tempos livres uma actividade reparadora do seu equilíbrio psíquico e orgânico, buscando despoluir-se nos campos largos, nas praias ou no repouso de qualquer recanto.

O Campismo, a prática do ar livre, nas suas diversas formas (mais que o regime hoteleiro com os quartos, refeições e ambiente tradicionais e demais condicionamentos citadinos), proporciona ao homem trabalhador, cheio de preocupações e estenuado pelo ritmo acelerado do trabalho, os meios ideais de descontração e repouso e ainda a sensação da liberdade recuperada.

O direito ao descanso, a maiores tempos livres e a férias periódicas é hoje um direito indiscutível do trabalhador. Uma política governamental séria em matéria de

CAMPISMO

OS PARQUES DO INATEL



Férias, mas funcionando como Parques de Férias nas épocas próprias. Integrados sempre que possível e que se justifique, em Complexos Turísticos com estruturas polivalentes tais como salas de convívio cultural, restaurante, snack-bar, abastecimentos e equipamento desportivo, (incluindo piscina).

Defendemos que em todos os actuais Centros de Férias se deveria sempre que possível instalar parques de campismo aumentando deste modo a utilidade destes Centros devendo muitos dos Serviços de apoio ter utilização comum.

Assim, no que respeita à instalação de uma rede de Parques indicamos um Plano que prevê pôr em funcionamento dentro de um prazo de cinco anos num total de 8 parques (incluindo os existentes) que na nossa opinião dariam uma cobertura capaz de atender as necessidades crescentes do INATEL neste sector durante esse período.

Esta rede não só cobrirá todo o País como pode assegurar espaço acomodável a um total de aproximadamente 17 000 lugares o que, na prática, significará em rotativo habitual uma capacidade de ocupação de 100 000 utentes.

Este Plano poder-se-ia levar à prática por fases, dando-se prioridade aos locais onde a sua falta se faz mais sentir.



EXCURSÕES DO INATEL

JULHO

PRAIÁ DE SANTA CRUZ E PENICHE

— Dia 27, Domingo

LISBOA, Sintra, Ericeira, Praia de Santa Cruz, Peniche, Torres Vedras, LISBOA.

Só Transporte 75500

REGIÃO DOS TRÊS CASTELLOS

— Dia 27, Domingo

LISBOA, Cabo Espichel, Sesimbra (almoco), Portinho da Arrábida, Setúbal, Montijo, Vila Franca, LISBOA.

Só Transporte 70500

TROIA

— Dia 27, Domingo

LISBOA, Ponte 25 de Abril, Setúbal (transporte de barco), Troia (praia, almoco e regresso de barco), Setúbal, Pírahal Novo, Alcanhões, Vila Franca, LISBOA.

Só Transporte (autocarro e barco) 85500

AGOSTO

FESTAS DE PENICHE

— Dia 3, Domingo

LISBOA, Foz de Arelho, Caldas da Rainha (almoco), Peniche (festas dos trabalhadores do mar e de Senhora da Boa Viegem), Torres Vedras, LISBOA.

Só Transporte 90500

SERRA E MAR

— Dia 9, Domingo

LISBOA, Mafra (visita ao Monumento), Ericeira (almoco), Sintra, Cascais, LISBOA.

Só Transporte 70500

lazer e turismo é insuperável de uma política de progresso social e cultural. Mas não basta reconhecer aos trabalhadores o direito ao lazer. É indispensável proporcionar-lhe a possibilidade de utilizar esse direito.

Ao projectar-se uma política de turismo e tempos livres, mesmo a nível governamental, é fundamental saber a quem se destina esses serviços. O M.F.A. ao fazer o 25 de Abril e o Programa do Governo Provisório é bastante claro ao estabelecer que o processo revolucionário português em curso visa beneficiar as classes mais desfavorecidas que são as classes trabalhadoras.

Os avanços políticos e sociais do nosso processo revolucionário vão permitir uma ainda maior abertura na fruição de férias e a expansão do campismo em tempos livres nos Parques vai atingir características de uma verdadeira explosão que é urgente estar preparado para responder, sob pena de perturbações ainda maiores do que aquelas já existentes por falta de espaço nos parques existentes.

No caso particular do INATEL este sentido de orientação deverá ser ainda mais acentuado pois se trata de uma organização dos próprios trabalhadores e destinada a assegurar o preenchimento dos seus tempos livres.

Preteúdo o INATEL criar e estruturar Parques de Campismo integrados ou não em Centros de

UM AUMENTO PROGRAMADO ANTES DO 25 DE ABRIL?

A questão do aumento de tarifas da C. P., que deu origem a tantas e tão variadas discussões, embora deixasse de ser notícia de primeira página nos jornais, continua a ser um problema à espera de solução.

No que se refere a Lisboa, a venda de bilhetes nas diversas estações de Caminho de Ferro, parece processar-se dentro de um clima de quase total normalidade, mas parece que no resto do País as coisas nem sempre se passam da mesma maneira.

Numa tentativa de esclarecimento, dirigimo-nos ao Sindicato dos Ferroviários, onde tivemos ocasião de contactar com representantes das três zonas: Centro (José Carlos Castro), Norte (Jorge Pinto) e Sul (José Antunes e Gregória Maria).

— Realmente agora aqui em Lisboa não tem havido boicote nas bilheteiras, começa por nos dizer José Carlos Castro. Mas quanto a mim na verdade há várias anomalias no aumento das tarifas. Aquilo não devia ter saído assim cá para fora. Eu na minha maneira de ver estou convencido de que as pessoas que elaboraram os aumentos fizeram-no já com intenção de provocar uma reacção por parte do público.

— Qual foi o organismo que fez esse estudo?

— Foi um departamento lá da C.P. Além disso a tabela de aumentos foi feita antes do 25 de Abril, portanto maté uma razão para não ter saído cá para fora sem ser rectificada. Há pessoas responsáveis e se se fizesse um inquérito a fundo estou convencido que se sabia muito coisa.

— Mas os Sindicatos não o conheciam antecipadamente com esses aumentos?

— Nós os Sindicatos só tomámos conhecimento quando o público também soube. Achamos incorrecto que isso tenha aparecido sem primeiro haver uma preparação na TV, na rádio, nos jornais para preparar o público. Se nós Sindicatos também tivéssemos sabido da coisa com antecedência, tínhamos tido tempo de verificar as anomalias e de dar a nossa opinião. Mas não senhor, não deram tempo a nada.

De facto, quase se poderia dizer que o público foi apanhado de surpresa. Essa precipitação terá sido involuntária? E se não foi involuntária, contra quem se pretendia revoltar o público?

Posteriormente reconheceu-se que havia referências a fazer nos aumentos de tarifas, sobretudo nas referências a certas zonas suburbanas. Calmamente, o público agurará que a rectificação seja feita.



DUZENTOS ESCUDOS POR DIA PARA APANHAR PANCADA... 7

— Entretanto as pessoas continuam a pagar os preços que foram estipulados?

— No Algarve as coisas não se passam tão calmamente como em Lisboa, esclarece Gregória Maria.

pécie de ameaças e isso gera um clima de insegurança. Mas esses grupos é que estão a criar atitudes, pois a verdade é que pelo menos no Sul, e parece-me que em toda a parte, a maioria das pessoas aceita o aumento, mas não a maneira como ele foi feito. E evidente que existe um des-

uma personagem não identificada teve o seguinte desábito: «Duzentos escudos por dia para apanhar pancada é muito pouco.» Há de facto muitos pontos obscuros no meio da toda a excitação criada à volta do problema de aumento de tarifas. Que seria sem dúvida muito útil esclarecer.

— Também no norte as coisas não estão resolvidas, diz por sua vez Jorge Pinto. Há por exemplo um ramal em que o bilhete que era de 250 passou para 400 e as pessoas recusam-se terminantemente a pagar. Depois tratam mal o revisor, amagam-no e o homem já não pode cumprir o seu trabalho da mesma maneira. As pessoas acatavam pagar 500, mas os 800 recusam-se terminantemente. E nós reconhecemos que a coisa não está bem. Depois há ainda os militares que de forma nenhuma querem pagar o bilhete, eles que afinal só pagam 25%.

— Alguns chegam a dizer: «Nós temos ordens dos quartéis para não pagar bilhete.» Perguntamos de quem, e eles respondem que dos oficiais, indicando nomes e tudo. Ora isto merecia um inquérito que só podia ser feito a nível militar. Nós não temos competência nem autoridade para isso.

O aumento que foi concedido aos ferroviários, nada tem a ver com o aumento de tarifas. Este é um ponto que os funcionários da C.P. desejam ver esclarecido junto do público.

Gregória Maria pede-nos ainda para que através do nosso jornal lancemos um apelo aos trabalhadores para que participem activamente na eleição de delegados sindicais e na constituição dos conselhos de controlo de produção, única maneira de colocar esta empresa ao serviço do povo.



Há muitos estudantes que continuam a boicotar a compra de bilhetes. Mas também já apurámos que nem todos são estudantes e que entre essa juventude há muitos agitadores, profissionais, que se aproveitam desses grupos para provocar agitação. Depois surgem problemas com os próprios trabalhadores ferroviários, quando pretendem fazer a cobrança. Fazem-lhes toda a es-

quilíbrio na distribuição desses aumentos, mas é evidente também que o público, embora com mais ou menos revolta, teria continuado a comprar normalmente o seu bilhete, se não fosse perturbado e incitado por determinados grupos, cuja origem se mantém confusa. É mais perturbado ficámos ao saber, através de um dos membros do Sindicato, que em plena estação do Rossio,